



Contributos para a Educação pós-COVID 19

A memória, o conhecimento, o futuro

2.2. O conhecimento: as análises nacionais

Os impactos da pandemia da Covid-19 na educação têm merecido em Portugal a realização e emissão de uma profusão de debates, opiniões, inquéritos e análises, difundidos nos mais diversos meios de comunicação, mas também a elaboração de estudos e pareceres por parte de várias instituições.

- O Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu), visando o acompanhamento do impacto da COVID-19 no sistema de ensino nacional, desde a educação pré-escolar até ao ensino superior, lançou um inquérito *online*, que procurou auscultar as opiniões e perceções de pais e encarregados de educação, de alunos/estudantes e da comunidade em geral, cujos resultados foram sendo divulgados progressivamente.

Resultados parciais a 12 de abril 2020 sobre as perceções e opiniões de estudantes do ensino secundário relativamente aos efeitos da pandemia no sistema de ensino

Amostra

As conclusões resultam de uma subamostra de um questionário, retirada de uma amostra de 5235 respostas validadas, constituída por estudantes do ensino secundário com 298 respostas. Os dados são tratados de forma separada, sendo pontualmente comparados, incluindo com resultados dos alunos de 2º e 3º ciclos. As respostas foram obtidas até 8 de abril. Na subamostra do ensino secundário, 59,5% dos respondentes são do sexo feminino. 69,7% frequentam um curso científico-humanístico e 15,4% um curso profissional (não alcançando as demais modalidades de frequência percentagens que cheguem aos dois dígitos) e são maioritariamente (93,3%) de uma escola pública.

Principais conclusões (Quadro I)

Os alunos do ensino secundário declaram, na sua maioria, alterações de comportamento devido ao confinamento, nomeadamente apatia, ansiedade, isolamento e agitação, sendo que a ansiedade se prende com o desejo de regressar à escola.

Mais de $\frac{3}{4}$ dos alunos considera ter boas ou ótimas condições em casa para desenvolver ensino não presencial. Um pouco mais de $\frac{1}{3}$ diz conhecer até cinco famílias de colegas que não têm condições para poder seguir um ensino não presencial.

Ainda que muitos não tenham opinião, quase metade considera que os dirigentes das instituições de ensino têm estado à altura da gestão que a crise pandémica exige.

No caso dos que vão fazer exames nacionais, a quase totalidade não só concorda com o encerramento das escolas, como considera que foi feito em tempo oportuno. Manifestam, na sua maioria, muita ou alguma preocupação com os exames nacionais. Cerca de um terço dos alunos não estão satisfeitos com a solução adotada pela sua escola para o ensino não presencial e uma proporção quase igual entende que tem de ser encontrada outra solução para o que resta do ano letivo. 22% dos que vão fazer exames nacionais do secundário reportaram que até 8 de abril a sua escola não tinha desenvolvido atividades de ensino não presencial. Quase $\frac{3}{4}$ dos alunos do secundário que vão fazer exames nacionais acredita que a crise pandémica potencia oportunidades de aprendizagem extraescola, ainda que $\frac{1}{3}$ considere que o faz de forma limitada.

Quadro I - Percepções e opiniões de estudantes do ensino secundário, relativamente aos efeitos da pandemia no sistema de ensino

Alterações de comportamento	58,1% dos estudantes do secundário reportam alterações de comportamento devido ao confinamento (entre apatia, ansiedade, isolamento, agitação). A ansiedade relacionar-se-á com um súbito desejo de regressar à escola.
Estudantes do secundário que vão fazer exames nacionais (os do 11º ano e os do 12º ano)	<p>A quase totalidade dos alunos que vão fazer exames nacionais do secundário, não só concorda com o encerramento das escolas, como, mais de metade, concorda que o mesmo foi feito em tempo oportuno.</p> <p>Oscilando entre muita (53,1%) e alguma (34,9%) preocupação, os estudantes do ensino secundário que vão fazer exames nacionais manifestam-se preocupados.</p> <p>Cerca de um terço daqueles que vão fazer exames nacionais do secundário não estão satisfeitos com a solução adotada pela sua escola para o ensino não presencial. E uma proporção quase igual entende que tem de ser encontrada outra solução para o que resta do ano letivo.</p> <p>22% dos que vão fazer exames nacionais do secundário reportaram que até 8 de abril a sua escola não tinha desenvolvido atividades de ensino não presencial.</p> <p>Quase $\frac{3}{4}$ dos alunos do secundário que vão fazer exames nacionais acredita que a crise pandémica potencia oportunidades de aprendizagem extraescola, ainda que $\frac{1}{3}$ deles considere que o faz de forma limitada.</p>
Ensino não presencial	<p>Mais de $\frac{3}{4}$ dos alunos considera ter boas ou ótimas condições em casa para desenvolver ensino não presencial.</p> <p>Um pouco mais de $\frac{1}{3}$ diz conhecer até 5 famílias de colegas que não têm condições para poder seguir um ensino não presencial.</p>
Gestão da crise	Ainda que muitos não tenham opinião, quase metade considera que os dirigentes das instituições de ensino têm estado à altura da gestão que a crise pandémica exige.

Resultados parciais a 15 de abril 2020 sobre as percepções e opiniões de estudantes do ensino superior relativamente aos efeitos da pandemia no sistema de ensino:

Amostra

Uma subamostra do questionário, retirada de uma amostra de 5235 respostas validadas, constituída por estudantes do ensino superior com 860 respostas, obtidas até 8 de abril. 75% dos respondentes são do sexo feminino. São oriundos (residentes) de, pelo menos 168 concelhos. 46,8% residem na NUTS II (Norte), 27,5% na NUTS II (Região Centro) e 17,5% na NUTS II “Área metropolitana de Lisboa”. Maioritariamente (28,5%) são da área científica das “Ciências, Matemática e Informática”, seguindo-se a “Saúde e Proteção Social” (com 26,2%). 89,4% frequentam instituições públicas.

Principais conclusões (Quadro II)

59,4% dos estudantes do ensino superior, ponderando questões de natureza diversa (financeira, pedagógica, pessoal), consideram que a atual situação de ensino não presencial lhes é globalmente desfavorável em relação à situação de ensino presencial que tinham antes. Só 14,8% consideram que a atual situação lhes é globalmente favorável.

A quase totalidade dos estudantes de ensino superior reportam que a sua instituição desenvolveu atividades de ensino não presencial e o nível de satisfação com a solução encontrada pela instituição é globalmente positivo. 84,2% dos que consideram que a situação atual lhes é globalmente favorável, estão satisfeitos com a solução que a sua instituição encontrou para o ensino não presencial e apenas 38,8% dos que consideram a situação globalmente desfavorável, estão satisfeitos com essa solução.

75,9% da amostra diz ter boas ou ótimas condições em casa para o ensino não presencial.

Nos que consideram que a situação atual lhes é globalmente favorável, o nível de participação nas aulas, em situação de ensino não presencial diminuiu para 15%, enquanto nos que consideram a situação globalmente desfavorável, o nível de participação nas aulas, em situação de ensino não presencial, diminuiu para 44%.

Na passagem para o ensino não presencial, as aulas mantêm o mesmo tipo de interesse para 49,6% dos que consideram que a situação atual lhes é globalmente favorável, enquanto para os que a consideram globalmente desfavorável a percentagem é de 26,6%.

São os estudantes de Artes e Humanidades que, ponderadas questões financeiras, pedagógicas e relacionais, mais entendem estar em situação globalmente desfavorável. E são também os estudantes dessa mesma área que mais dizem ter diminuído a sua presença em aula com a passagem ao ensino não presencial.

Os estudantes das várias áreas de ensino consideram genérica e tendencialmente que as aulas e as atividades não presenciais são menos interessantes do que as aulas e as atividades desenvolvidas em ensino presencial.

A maioria dos estudantes concorda que a solução adotada é viável para o resto do ano letivo, embora a maior percentagem dos que concordam com esta solução pertença ao grupo dos que consideram que a situação de ensino não presencial os deixou numa situação globalmente favorável.

Cerca de $\frac{2}{3}$ de estudantes consideram que os professores não estão bem preparados para o ensino não presencial. Esta percepção é partilhada por estudantes de todas as áreas de ensino e aprendizagem, excetuando Comércio e Direito.

Uma larga maioria da amostra (60,9%) opina que o ensino não presencial exige demasiado trabalho aos alunos.

O nível de preocupação com as avaliações finais é globalmente elevado.

Apenas 8,1% dos estudantes que estão em confinamento não sentem vontade de voltar à instituição de ensino. Sensivelmente, entre os $\frac{2}{3}$ e os $\frac{3}{4}$ dos estudantes de todas as áreas de ensino reconhecem que, se pudessem, voltariam já amanhã à sua instituição de ensino. A manifestação dessa vontade é maior na área de Comércio e Direito e menor na área das Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção.

Quadro II - Percepções e opiniões de estudantes do ensino superior relativamente aos efeitos da pandemia no sistema de ensino

	Dados gerais	Dados do grupo que considera que a situação de ensino não presencial os deixou numa situação globalmente favorável	Dados do grupo que considera estar numa situação globalmente desfavorável, relativamente ao ensino não presencial.
Ensino não presencial	<p>A quase totalidade dos estudantes de ensino superior reportam que a sua instituição desenvolveu atividades de ensino não presencial.</p> <p>O nível de satisfação com a solução encontrada pela instituição para o ensino não presencial é globalmente positivo. Os que afirmam estar moderadamente satisfeitos com a solução encontrada pela instituição para o ensino não presencial é de 43,8%.</p> <p>59,4% dos estudantes do ensino superior, ponderando questões de natureza diversa (financeira, pedagógica, pessoal), consideram que a atual situação de ensino não presencial lhes é globalmente desfavorável em relação à situação de ensino presencial que tinham antes. Só 14,8% consideram que a atual situação lhes é globalmente favorável.</p> <p>São os estudantes de Artes e Humanidades que, ponderadas questões financeiras, pedagógicas e relacionais, mais entendem estar em situação globalmente desfavorável. E são também os estudantes dessa mesma área que mais dizem ter diminuído a sua presença em aula com a passagem ao ensino não presencial.</p> <p>Os estudantes das várias áreas de ensino consideram genérica e tendencialmente que as aulas e as atividades não presenciais são menos interessantes que as aulas e as atividades desenvolvidas em ensino presencial.</p>	<p>84,2% dos que consideram que a situação atual lhes é globalmente favorável, estão satisfeitos com a solução que a sua instituição encontrou para o ensino não presencial.</p> <p>O nível de participação nas aulas, em situação de ensino não presencial diminuiu para 15%.</p> <p>A percentagem dos que indicam que a sua presença nas aulas aumentou alcança os mesmos valores percentuais dos que dizem que diminuiu.</p> <p>Na passagem para o ensino não presencial, as aulas mantêm o interesse para 49,6%.</p>	<p>Apenas 38,8% dos que consideram a situação globalmente desfavorável, estão satisfeitos com a solução que a sua instituição encontrou para o ensino não presencial.</p> <p>O nível de participação nas aulas (assistir às aulas), em situação de ensino não presencial, diminuiu para 44%.</p> <p>A percentagem dos que dizem que a sua presença nas aulas diminuiu com o ensino não presencial é 6 vezes maior que o percentual dos que dizem que aumentou.</p> <p>Na passagem para o ensino não presencial, as aulas mantêm o interesse para 26,6%.</p>
Viabilidade do ensino não presencial para o que resta do ano letivo		A quase totalidade (95,6%) dos que consideram a situação atual globalmente favorável concorda que a solução adotada é viável.	Apenas 62,9% dos que consideram a situação atual como globalmente desfavorável concorda que a solução adotada é viável.
Preparação dos docentes para o	Cerca de 2/3 de estudantes consideram que os professores não estão bem preparados para o ensino não presencial.	59,1% dos que consideram a situação atual como globalmente favorável entendem que os professores estão bem preparados para o ensino não presencial.	A percepção de que os professores estão bem preparados para o ensino não presencial só é

ensino não presencial.	Em todas as áreas de ensino e aprendizagem, excetuando Comércio e Direito, os estudantes assinalam majoritariamente que os professores não estão preparados para o ensino não presencial.		partilhada por 24,1% dos que consideram a situação atual como globalmente desfavorável.
Carga de trabalho	Uma larga maioria da amostra (60,9%) opina que o ensino não presencial exige demasiado trabalho aos alunos.	A convicção de que o ensino não presencial dá demasiado trabalho é partilhada por 44,9% dos que entendem que a situação atual é globalmente favorável.	Um pouco mais de $\frac{1}{3}$ daqueles que consideram a situação atual como globalmente desfavorável entendem que o ensino não presencial dá demasiado trabalho.
Preocupação com as avaliações finais	O nível de preocupação com as avaliações finais é globalmente elevado. 94,6% mantêm algum nível de preocupação com as avaliações do final do ano letivo.	14,2% entre os que consideram a situação atual globalmente favorável não estão preocupados com as avaliações finais.	Só 3,5% dos que consideram a situação atual globalmente desfavorável não estão preocupados com as avaliações finais.
Condições em casa para o ensino não presencial	75,9% da amostra diz ter boas ou ótimas condições	89% dos que consideram a situação global favorável indicam que a casa onde se confinaram tem boas ou ótimas condições para o ensino presencial.	69,9% entre os que consideram estar a ser confrontados com uma situação globalmente desfavorável indicam que a casa onde se confinaram tem boas ou ótimas condições para o ensino presencial.
Confinamento	A percentagem dos estudantes do ensino superior que não têm saído de casa é elevada.	68,1% entre aqueles que entendem estar numa situação globalmente favorável não têm saído de casa.	73,2% entre os que se sentem estar numa situação globalmente desfavorável indicam que não têm saído de casa.
Níveis de ansiedade	40% da amostra revelou, com o confinamento/isolamento, maiores níveis de ansiedade e 18,4% não sente alterações de comportamento. Os estudantes das Ciências Sociais (50,6% são os que mais dizem sentir, com o confinamento, um aumento dos níveis de ansiedade.	27,6% entre os que estimam estar numa situação globalmente favorável apresentam níveis de ansiedade.	45,8% entre os que dizem estar numa situação globalmente desfavorável apresentam níveis de ansiedade.
Retorno às instituições	Apenas 8,1% dos estudantes que estão em confinamento não sentem vontade de voltar à instituição de ensino. Sensivelmente, entre os $\frac{1}{3}$ e os $\frac{1}{4}$ os estudantes de todas as áreas de ensino reconhecem que, se pudessem, voltariam já amanhã à sua instituição de ensino. A manifestação dessa vontade é maior na área de Comércio e Direito e menor na área das Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção.	44,1% dos que constituem o grupo dos globalmente satisfeitos voltaria amanhã para a instituições de ensino superior.	78,1% do grupo dos globalmente insatisfeitos voltaria amanhã para a instituições de ensino superior.

Em 4 de maio publica o último relatório preliminar disponível, com uma amostra constituída por 1754 indivíduos, sem preocupações de representatividade e não permitindo generalizações. Dos resultados obtidos destacam-se os seguintes:

- A grande maioria da amostra (85,9%) considera que a saúde dos estudantes e da população deverá ser a preocupação maior do governo ao avaliar as condições de abertura das escolas e 82,5% não considera imperioso que as escolas voltem a abrir no presente ano letivo;
- A grande maioria (92,5%) concorda com a decisão de cancelar as aulas do ensino básico até ao final do ano letivo;
- Mais de metade da amostra (56,7%) não concorda com a reabertura das escolas no ensino secundário no mês de maio, sendo que 37,5% concorda, desde que mantendo o distanciamento;
- No caso da reabertura das instituições de ensino superior no mês de maio as opiniões dividem-se: 47,3% não concorda e 40,9% concorda desde que mantendo o distanciamento físico;
- No conjunto, apenas 36,9% concordam com a abertura das aulas dos 11º e 12º anos, embora se mantenha uma maioria de 53% dos inquiridos a afirmar que não concordam com a abertura das aulas de qualquer ciclo e nível de educação e ensino;
- As condições mais valorizadas para que a reabertura das escolas para os 11º e 12º anos se faça em segurança são: uso de máscaras e de luvas (57,9%), turmas mais pequenas (53,7%) e manter um regime combinado de aulas presenciais e aulas remotas pela internet (43,6%);
- A grande maioria (cerca de 2/3 dos respondentes) considera que o fecho das escolas prejudicou a igualdade de oportunidades de acesso à educação, e sobretudo as aprendizagens dos alunos com menos recursos;
- Relativamente à apreciação do prejuízo nos resultados e avaliações dos alunos, decorrente do fecho das escolas, as opiniões dividem-se - 40,1% consideram que os resultados serão prejudicados pontualmente, enquanto 36,2% acham que as avaliações não sairão prejudicadas;
- Os meios de aprendizagem a usar no ensino à distância mais valorizados (somando os valores da modalidade “Importante” e “Muito Importante”) são os que implicam um nível de interação, acompanhamento e *feedback* mais elevados: tirar dúvidas com o professor pela internet (98,4%), que é a opção que mais respostas acolhe na modalidade “Muito Importante”, plataforma de ensino à distância (95%), vídeo aulas com interação (95%), fichas de trabalho (90,6%) e grupo de discussão da turma (82,2%);
- As opções mais desvalorizadas são as que implicam baixos níveis de interação como são o caso das vídeo aulas em direto, sem interação (46,3% pouco importantes), as vídeo aulas gravadas (49,5 pouco importantes);
- 41,1% de respondentes consideram não existir condições para o cumprimento dos programas e metas curriculares com as aulas presenciais suspensas, embora a maioria se divida entre os que consideram que existem condições (30,6%) ou os que ainda não sabem (28,2%);

- As respostas são mais claras quando confrontados com a imprescindibilidade do cumprimento dos programas e das metas curriculares: 57,1% considera que é imprescindível e 39,3% que não é assim tão decisivo;
- Quando interrogados sobre as condições para fazer a avaliação interna do 3º período, se as escolas se mantiverem fechadas, 60,9% considera que sim, desde que a avaliação seja adaptada em função dos objetivos (44,2%) e porque é a forma de valorizar as aprendizagens (16,7%), embora seja significativo que 33,6% da amostra considere que não existem condições para realizar a avaliação;
- A decisão do governo de cancelar a realização dos exames de 9º ano obtém o consenso de 81,3% da amostra, sendo que 68,3% considera que se deverá optar por uma avaliação adaptada no 3º período como forma de transição para o ensino secundário;
- A decisão de manter os exames de 11º e 12º anos recolhe uma opinião favorável de 63% da amostra, desde que exista uma adaptação dos programas a nível nacional (45,9%);
- A abertura das creches e dos jardins infantis, para facilitar o regresso dos pais ao trabalho, merece a discordância de 62,2% da amostra e apenas 31,8% considera que se deve ponderar essa possibilidade para o mês de maio;
- Quanto ao recurso #EstudoEmCasa, 48,1% dos que têm educandos no sistema de ensino consideram que é útil para quem não tem computador e/ou Internet em casa, seguindo-se os que pensam que é um apoio muito importante para a maioria dos alunos (35,9%);
- Na opinião dos pais dos alunos, o recurso #EstudoEmCasa é importante porque ajuda a combater as desigualdades de acesso à educação (65,3%) e é um ótimo complemento às aulas não presenciais (49,3%);
- Para aprender a lidar com plataformas/ferramentas usadas pelos educandos no ensino não presencial, 13,8% dos pais fizeram ou estão a fazer formação superior a 60 minutos e 29,8% assistiram a tutoriais ou entraram na plataforma para aprender por si próprios;

- A Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) divulgou, no início de maio, uma análise preliminar de um inquérito, lançado em 27 de abril, sobre as perceções e dificuldades das famílias no período da COVID-19, com base nas 5193 respostas obtidas até então.

Amostra

A amostra abrangeu todo o país, de norte a sul e ilhas, interior e litoral, num total de 29 Sub-Regiões com cerca de 130 Concelhos e 418 localidades, com todos os níveis de ensino presentes neste inquérito, distribuindo-se da seguinte forma: Norte – 48,13%; Centro – 11,96%; Sul e ilhas – 39,91%.

Principais resultados (Quadro III):

A grande maioria das famílias considera que existiu uma boa comunicação semanal entre os professores e os alunos, e entre alunos e professores, constatando-se que tem existido uma boa fluidez de comunicação

Na comunicação entre a Escola e a Família a generalidade das perceções é positiva, sendo que neste caso será de considerar o nível de situações em que não existe qualquer comunicação.

Quanto à frequência do contacto semanal entre os professores e os alunos, e vice-versa, a inexistência de contacto semanal é quase residual.

No que diz respeito à frequência da comunicação entre a Escola e a Família, as dificuldades que existem no ensino presencial transpuseram-se, também, para este modelo de ensino à distância. Verifica-se um problema evidente na sua fluidez, com implicação de ambos os interlocutores, constatando-se um défice claro de comunicação entre estas duas instituições, com a grande maioria a assinalar que a comunicação não existe ou, apenas, se limita a um contacto semanal.

A esmagadora maioria está confiante na estratégia adotada pelo Governo para o 3º período escolar. Os Encarregados de Educação inquiridos demonstram uma confiança nas medidas adotadas, com 53% que as consideram boas e 39% consideram-nas razoáveis. As reservas apresentadas, por diversos motivos, devem-se essencialmente à dificuldade das famílias no acompanhamento dos filhos em coordenação com os planos das escolas/professores.

Relativamente aos benefícios de conciliar o Ensino à Distância com o Ensino Presencial no próximo ano letivo, os inquiridos deram uma resposta positiva (72%), sendo que destes (34%) com algumas incertezas, motivadas, de acordo com os respetivos comentários, por preocupações com os alunos com necessidades de educação (e a forma como o ensino à distância pode chegar a estes alunos), com a questão do plano tecnológico, coexistência dos dois modelos até existir vacina, a necessidade da aprendizagem com tecnologias poder desenvolver competências profissionais e desenvolver a responsabilidade, poder aprender com a experiência destes meses para planear o novo ano de uma forma mais eficaz, quer seja ensino à distância, presencial ou das duas formas. Nesta questão há ainda que considerar os 22% que não se sentem confortáveis com esta possibilidade.

71% dos pais acreditam que as medidas aplicadas defendem as aprendizagens dos seus educandos.

Ouvindo a opinião dos filhos, as principais preocupações são pedagógicas (conteúdos, aulas e avaliação), para além de outras relacionadas com. “Exames Nacionais”, “o conhecimento que será retido por cada aluno para anos futuros”, “a saúde emocional e psicológica em que irão necessitar de estar juntos ou corremos riscos de se perderem *skills* humanos importantes.

Quadro III – Perceções e dificuldades das famílias neste período de COVID-19

Comunicação Professor/aluno e Aluno/professor	A grande maioria das famílias concluiu que existiu uma boa comunicação semanal entre os professores e os alunos, e entre alunos e professores, constatando-se que tem existido uma boa fluidez de comunicação
Comunicação escola/família	Na comunicação entre a Escola e a Família a opinião, ainda que com menor dimensão relativamente à comunicação professor/aluno, a generalidade das perceções é positiva, sendo que neste caso será de considerar o nível de situações em que não existe qualquer comunicação
Frequência do contacto semanal entre os professores e os alunos, e vice-versa	A inexistência de contacto semanal é quase residual, demonstrando o esforço que os alunos e os professores estão a fazer para que este modelo de ensino possa funcionar, apesar de todas as dificuldades
Frequência da comunicação entre a Escola e a Família	As dificuldades que existem no ensino presencial transpuseram-se, também, para este modelo de ensino à distância. Verifica-se um problema evidente na sua fluidez, com implicação de ambos os interlocutores, constatando-se um défice claro de

	comunicação entre estas duas instituições, com a grande maioria a assinalar que a comunicação não existe ou, apenas, se limita a um contacto semanal.
Comunicação entre a Família e a Associação de Pais e vice-versa	Esta comunicação existe, mas resume-se, na maioria das vezes, a um único contacto semanal.
Medidas do governo para o desenrolar do 3º período	A esmagadora maioria está confiante na estratégia adotada. Os Encarregados de Educação inquiridos demonstram uma confiança nas medidas adotadas, com 53% que as consideram boas e 39% consideram-nas razoáveis. As reservas apresentadas, por diversos motivos, devem-se essencialmente à dificuldade das famílias no acompanhamento dos filhos em coordenação com os planos das escolas/professores.
Benefício de conciliar o Ensino à Distância com o Ensino Presencial no próximo ano letivo	Os inquiridos deram uma resposta positiva (72%), sendo que destes (34%) com algumas incertezas, motivadas, de acordo com os respetivos comentários, por preocupações com os alunos com necessidades de educação (e a forma como o ensino à distância pode chegar a estes alunos), com a questão do plano tecnológico, coexistência dos dois modelos até existir vacina, a necessidade da aprendizagem com tecnologias poder desenvolver competências profissionais e desenvolver a responsabilidade, poder aprender com a experiência destes meses para planear o novo ano de uma forma mais eficaz, quer seja ensino à distância, presencial ou das duas formas. Nesta questão há ainda que considerar os 22% que não se sentem confortáveis com esta possibilidade.
Aprendizagens neste contexto	71% dos pais acreditam que as medidas aplicadas defendem as aprendizagens dos seus educandos.
Principais preocupações sobre todo este processo	Ouvindo a opinião dos filhos, as principais preocupações são pedagógicas (conteúdos, aulas e avaliação), para além de outras relacionadas com. “Exames Nacionais”, “o conhecimento que será retido por cada aluno para anos futuros”, “a saúde emocional e psicológica em que irão necessitar de estar juntos ou corremos riscos de se perderem <i>skills</i> humanos importantes

- Mais recentemente, em 20 de junho, a FENPROF divulgou os resultados de um inquérito dirigido aos docentes que pretendeu saber a sua opinião sobre o ensino a distância.

O inquérito decorreu na primeira quinzena de maio e contou com 3548 respostas validadas. A grande maioria dos respondentes era do setor público (96,1%), pertenciam aos grupos de docência do 3º ciclo de ensino básico e secundário (63,9%), do 2º ciclo do ensino básico (20,2%), do 1º ciclo do ensino básico (18,1%) e da educação pré-escolar (7,8%). Em termos de idade, situação profissional e tempo de serviço, é de referir que a maioria dos respondentes tem mais de 50 anos de idade (63%), é professor do quadro de escola/ agrupamento (70,2%) e tem mais de 30 anos de serviço (39%) e entre 21 e 29 anos (34,1%).

Numa breve síntese, podem ser destacados os seguintes resultados:

- As plataformas digitais (89,3%) e e-mail (85,2%) foram os meios mais utilizados para contactar os alunos. A utilização do suporte de papel destinou-se, principalmente, a garantir o contacto com alunos que não tinham computador e/ou acesso à Internet, alunos de grupos etários mais baixos (até aos 12 anos), em que a autonomia digital é muito limitada ou mesmo inexistente e alunos com problemáticas complexas e baixo nível de funcionamento autónomo;
- Mais de metade dos respondentes (54,8%) ainda não tinha conseguido contactar com todos os seus alunos, em meados de maio, quer por meios digitais ou outro tipo de contacto.

Posteriormente, com a colaboração das autarquias foi possível estabelecer contacto com alguns desses alunos, mas a maior parte deles, mesmo a partir daí, não manteve uma participação regular na atividade letiva desenvolvida a distância.

- Mais de dois terços os docentes (70,5%) referiram ter lecionado novos conteúdos curriculares, mas cerca de 30% limitou-se a reforçar conteúdos que já tinham sido trabalhados em sala de aula. Do conjunto de docentes, 47,8% afirma que irá avaliar novos conteúdos.
- Praticamente todas as escolas e mais de três quartos dos docentes têm alunos que necessitam de medidas seletivas e/ou adicionais. Questionados sobre a sua perceção relativamente à adequação das medidas de apoio que estão a ser disponibilizadas aos alunos, o número dos que afirmam serem adequadas (43,9%) é superior ao dos que consideram o contrário (15,3%), embora quase metade dos professores (40,8%) revele desconhecimento em relação às medidas que terão sido adotadas, o que sugere que, após o encerramento das escolas, houve uma quebra de contacto entre os docentes das turmas e os de educação especial.
- Apesar do esforço feito, as desigualdades agravaram-se na opinião de 93,5% dos docentes. E uma percentagem da mesma ordem (92,9%) considera que, no próximo ano letivo, será necessário agir de forma a superar os défices. Nas suas respostas, os professores consideraram importante que o período de férias não seja reduzido ou anulado, dada a importância de recuperar forças e ânimo para enfrentarem o próximo ano letivo, mas entendem ser necessário superar os défices do ano letivo 2019-2020 e a solução, avançada por 84,1% dos respondentes, deverá passar pela integração, no próximo ano letivo, de conteúdos que deveriam ter sido lecionados este ano e reforço dos que foram, sobretudo após o encerramento das escolas;
- Quase 2/3 dos docentes considera que o ensino a distância tem um grau de exigência maior do que o presencial, principalmente pela necessidade de, após as sessões síncronas, estabelecer contactos individualizados através do e-mail ou telefone. A falta de autonomia na utilização dos recursos de ensino a distância, da maioria dos alunos de escalões etários mais baixos (até aos 12 anos), cria dificuldades acrescidas, pois impõe a presença de um adulto, que faz o acompanhamento da atividade e a mediação entre o aluno e o professor;
- Nessa medida, consideram que o recurso #EstudoEmCasa foi positivo, embora 43,5% o olhem como insuficiente, sobretudo pela falta de informação prévia adequada sobre os conteúdos de cada emissão que, caso acontecesse, permitiria uma preparação da atividade direta com os alunos, aproveitando melhor o seu teor;
- A maioria dos docentes (mais de 85%) avaliaram como positivo o apoio prestado pelas escolas e pelos pais e encarregados de educação, e como negativo (58,9%) o prestado pelo Ministério da Educação. Em relação às autarquias (câmaras municipais e juntas de freguesia), a maioria (mais de 60%) diz desconhecer o apoio que poderá ter sido dado.

- Em julho de 2020, a Equipa de Projeto SintraES+, na sequência de outros inquéritos, divulgou os resultados de um Inquérito sobre o ensino à distância, lançado aos alunos de 3º Ciclo e Ensino Secundário, regular e profissional, dos vinte agrupamentos de escola e uma escola não agrupada do concelho de Sintra, totalizando 3735 respostas. A maior parte das respostas foram dadas por alunos dos Agrupamentos de Escolas Leal da Câmara, Alfredo da Silva e Miguel Torga.

Da análise dos resultados (sintetizados no Quadro IV), a Equipa destaca como principais conclusões as seguintes:

- A maior parte dos alunos prefere o ensino presencial ao ensino a distância e gostava que o próximo ano letivo fosse, essencialmente, presencial. Um dos motivos encontrados é o afastamento dos amigos/colegas;
- Embora prefiram o ensino presencial, muitos foram os aspetos considerados positivos e muito positivos pelos alunos neste modelo de ensino, destacando-se a diminuição dos problemas de *bullying*, a maior autonomia e a proximidade com os professores;
- Como principais dificuldades, os alunos apontam a compreensão dos conteúdos trabalhados e a gestão do tempo. A maior parte refere que foram abordados novos conteúdos durante este período, mas sentem que não os dominam. Também a maior parte dos alunos dos 11º e 12º anos de escolaridade referem que não estão ou irão estar bem preparados para os exames com este modelo de ensino;
- Os alunos referem como um dos aspetos a alterar no ensino a distância a quantidade de trabalhos solicitados/matéria lecionada e o prazo de entrega estipulado, referindo a sobrecarga de trabalho neste período e o prazo reduzido para a entrega dos trabalhos;
- A falta de interesse e motivação que sentem nas aulas a distância foi um aspeto bastante referido; os alunos sentem que os métodos de ensino e as dinâmicas das aulas síncronas deveriam ser alterados de forma a cativar mais o seu interesse e atenção;
- Ao nível das competências tecnológicas, os alunos avaliam-nas como boas, quer antes do ensino presencial terminar, quer depois dos três meses de ensino a distância, o que indicia que os alunos não tiveram grandes dificuldades no uso das plataformas e ferramentas digitais;
- Quanto às competências tecnológicas dos professores, os alunos avaliam-nas como igualmente boas, não se distinguindo dos professores, considerando que as suas competências estão ao mesmo nível que as deles.

Quadro IV – Síntese dos resultados ao Inquérito sobre o ensino a distância aplicado a alunos do concelho de Sintra

Recursos digitais de comunicação das escolas no ensino presencial		<p>a maioria dos alunos não tinha um email institucional (54%), não comunicava virtualmente com os professores (51%) e não tinha acesso a uma plataforma de aprendizagem (49%);</p> <p>No entanto, 73,6 % dos alunos referem que sabiam como contactar com alguns professores sem ser de forma presencial e que, no último dia de aulas presenciais, os professores explicaram de que forma poderiam comunicar a partir de então.</p>
Ensino a distância	Competências tecnológicas	<p>A maior parte dos alunos (53%) avalia as suas competências tecnológicas, à partida para o ensino a distância, como sendo boas, 14% como excelentes e 30% como satisfatórias, sendo genericamente capazes de dominar as ferramentas tecnológicas utilizadas nessa modalidade de ensino.</p> <p>Após três meses de ensino a distância e da utilização de várias plataformas, ferramentas e recursos tecnológicos, mantém-se a percentagem (53%) dos que avaliam as suas competências tecnológicas como boas, sobe a dos que as consideram excelentes (24%) e desce a dos que as classificam como satisfatórias (20%).</p> <p>Quando avaliam as competências tecnológicas dos professores, os alunos de todos os ciclos de ensino consideram-nas, no geral, como boas (50%), notando-se uma pequena diferença nas respostas dadas pelos alunos dos 11º e 12º anos de escolaridade, onde 50% avalia as competências tecnológicas dos professores como satisfatórias.</p> <p>Para ajudar na utilização da(s) plataforma(s), 58,2% dos alunos refere que foi enviado um tutorial sobre a utilização das mesmas.</p> <p>A inexistência de uma equipa ou de um professor específico que ajude na utilização das plataformas foi mencionada por 53,5% dos respondentes.</p>
	Aulas síncronas	<p>Os alunos referem que as aulas síncronas serviram para:</p> <ul style="list-style-type: none"> – esclarecimento de dúvidas e questões (às vezes – 58,1%, frequentemente ou nunca – 7,6%); – realizar ou apresentar alguns trabalhos de grupo no seu decorrer (às vezes – 45,3%, frequentemente ou nunca – 39,2%); – 44,9% refere que, às vezes, os professores utilizam vídeos e outros recursos multimédia, assim como jogos e recursos interativos (55%).
	Práticas de ensino a distância	<p>A maioria dos alunos (85,2%) indica que, no ensino a distância, foram feitos novos horários semanais.</p> <p>A grande maioria dos alunos (85,1%) refere que os professores entraram rapidamente em contacto após o fim das aulas presenciais, tendo esse contacto sido estabelecido em menos de uma semana (45,5%) e entre uma a duas semanas (46,8%).</p> <p>A grande maioria dos alunos (93,3%) relata que os professores enviaram trabalhos dos manuais e que utilizaram todos a mesma plataforma (74,8%).</p> <p>Os canais de comunicação privilegiados pelos professores no contacto com os alunos foram as plataformas de gestão da aprendizagem (Classroom, Teams, ClassDojo, Moodle) com 85,6% de respostas, seguidas pelo e-mail e o zoom com 52,1% e 31,9%, respetivamente. Os canais menos utilizados foram os SMS e o telefone.</p> <p>Quanto ao trabalho que é pedido pelos professores:</p> <p>72,3% dos alunos refere que os professores enviam um plano semanal com os trabalhos a realizar;</p> <p>56,7% assinala que “às vezes” são tarefas interessantes e estimulantes;</p> <p>53,2% refere que as tarefas são frequentemente baseadas nos manuais das disciplinas (e iguais para todos, não havendo, na maioria dos casos, uma diferenciação (58,5%));</p> <p>17,9% refere realizar um portefólio e 44,0% ter trabalhado por projetos, às vezes.</p> <p>50,1% diz que consegue realizar, frequentemente, as tarefas autonomamente e 48,2% que o conseguem às vezes;</p>

		64,1% dos alunos indicam que o/a professor/a envia depois as soluções e/ou dá feedback e 52% afirma que, frequentemente, consegue esclarecer as dúvidas antes do prazo de entrega do trabalho.
	Aprendizagens	Quando questionados sobre as aprendizagens que realizaram, a maioria dos alunos refere que foram abordados novos conteúdos e matérias no ensino a distância, mas grande parte (60,3%) sente que não os dominam na totalidade e apenas 29,4% refere que sente ter aprendido na totalidade. 10,4% dos alunos indica que apenas foi feita a revisão da matéria dada para consolidar as aprendizagens realizadas.
	Aspetos positivos	Questionados sobre os aspetos mais positivos deste período no ensino a distância, os alunos destacaram: <ul style="list-style-type: none"> – a diminuição dos problemas de bullying (muito positivo 54,6% e positivo 33,7%); – maior proximidade com os docentes (positivo 60,3% e muito positivo 16,1%). – Ser mais autónomo (positivo 53,7% e muito positivo 39,1%), – o progresso nas aprendizagens, (positivo 53% e muito positivo 22,4%) – desenvolvimento das competências tecnológicas (positivo 52,6% e muito positivo 41,0%).
	Maiores dificuldades	Quando questionados sobre as principais dificuldades destacam os seguintes aspetos: <ul style="list-style-type: none"> – estar afastados dos amigos/colegas, algo que consideraram muito difícil (47,1%); – a maioria considera que foi difícil compreender os conteúdos trabalhados (52,2%); – muitos consideram que foi difícil gerir o seu tempo (46,8%) e organizar o tempo para o estudo/tarefas (43,9%) e manter a concentração e o interesse nas aulas e/ou tarefas a realizar (42,5%);
	O papel do diretor de turma no Ensino a distância	Questionados sobre o papel do diretor de turma no ensino a distância, os alunos salientam que, neste período, foi bastante bom/positivo. Muitos alunos referem que, essencialmente, a sua função é apoiá-los quando têm dúvidas, dificuldades ou questões. Outro aspeto muito referido é o facto de os diretores de turma os manterem informados sobre tudo o que acontece. Questões como a comunicação, a gestão da turma, dos horários e de eventuais problemas foram, também, referidas pelos alunos como fazendo parte do trabalho do diretor de turma.
	O que os alunos alteravam no ensino a distância	Relativamente ao que alteravam no ensino a distância, os alunos salientam a quantidade de trabalhos solicitados/matéria lecionada e o prazo de entrega, referindo o excesso de trabalho e o pouco tempo para o realizar e entregar no prazo estabelecido. Também a forma como os conteúdos são lecionados e as dinâmicas das aulas são muito referidas pelos alunos que consideram, por vezes, as aulas pouco interessantes e estimulantes, não conseguindo manter a concentração e o interesse.
Regresso ao Ensino presencial (alunos dos 11º e 12º anos)		a maioria dos alunos (61%) considera que o regresso ao ensino presencial foi benéfico, enquanto 39% são de opinião que não foi mais benéfico regressar à escola; a maioria dos alunos (62%) não considera que está ou irá ficar preparado para os exames, tendo 38% dos inquiridos respondido que se sente preparado.
Próximo ano letivo		a maior parte dos alunos refere que gostava que o ensino fosse totalmente presencial, com 58,8% de respostas. Poucos são os que preferem o ensino a distância ao presencial (15,4%) e alguns alunos (40,2%) referem, ainda, que gostariam que existisse um modelo de ensino misto, com aulas online e presenciais.

- A propósito da reabertura das creches a partir de 18 de maio e, posteriormente, dos jardins-de-infância - tendo em conta as medidas de prevenção e controlo emanadas pela Direção-Geral de Saúde (DGS) - a Associação dos Profissionais de Educação de Infância (APEI) elaborou dois documentos designados de *Contributo para assegurar a qualidade pedagógica em creche (0-3 anos) em tempo de covid19* e *Contributo para assegurar a qualidade pedagógica em educação pré-escolar (3-6 anos) em tempo de covid19*, que reúnem um conjunto de estratégias e propostas dirigidas designadamente às direções pedagógicas das instituições, às equipas educativas, às famílias, às crianças e sobre o tempo, os espaços e os materiais.

Subjacente a esta iniciativa esteve a intenção de elaborar um contributo

“que respeitasse os princípios basilares da pedagogia da infância e garantisse a efetivação dos direitos das crianças, bem como os dos adultos com quem as mesmas convivem, sem que fossem descuradas as regras que a situação pandémica exige.”
(APEI, 2020a)

Nessa medida, a APEI apresenta um conjunto de estratégias e propostas, que garantam o cumprimento das regras impostas pela Direção-Geral de Saúde, no que diz respeito à organização e higienização de espaços e materiais, utilização de equipamentos de proteção, tempo e horários de permanência, das quais se destacam as seguintes:

- Preparar a criança para o regresso à creche ou ao domicílio da ama, integrando visualmente, dias antes, o material de equipamento de proteção individual que elas irão encontrar: máscaras, luvas, viseiras;
- Apoiar a criança no regresso ao jardim de infância, encarando este momento como um período de adaptação;
- Criar instrumentos pedagógicos que facilitem o processo de planeamento do regresso da criança;
- Reduzir ao essencial a quantidade de acessórios pessoais e materiais lúdicos de cada criança, bem como vestuário, fraldas, produtos de higiene e alimentação específica;
- Articular eficazmente estratégias de higiene e segurança dos objetos de consolo e regulação (chucha, fralda, ó-ós ou outro brinquedo), sendo fundamental, neste processo de readaptação, não esquecer o equilíbrio emocional e o conforto na ausência da família;
- Respeitar os ritmos de adaptação de cada criança, atendendo às suas características e necessidades individuais, face aos novos procedimentos e reorganização de espaços/tempos do contexto educativo;
- Desenvolver estratégias para que as crianças reconheçam que, por detrás da máscara, está alguém que conhecem e em quem confiam;

Salvaguardando que “as medidas propostas de distanciamento físico não poderão representar o confinamento nem o isolamento social das crianças”, chamam a atenção para o destaque que as relações e interações assumem, neste contexto “Numa fase que poderá ser de maior instabilidade na vida de bebés e crianças, a presença de adultos de referência contribui de modo muito visível para a segurança, a confiança e o conforto de que necessitam”. De igual modo, realçam a importância de não “perder de vista que o

desenvolvimento e a aprendizagem das crianças se realizam na sua interação com as pessoas e com os materiais” e que deve optar-se “por materiais naturais e/ou descartáveis, os que sejam facilmente higienizáveis e aqueles que, tendo um fim aberto, permitem às crianças criar, aprender e fruir.”

- Uma sondagem realizada para a RTP e Jornal Público pelo CESOP–Universidade Católica Portuguesa, entre os dias 13 e 17 de julho de 2020, permite conhecer a perceção da população portuguesa sobre os impactos da pandemia da COVID-19 em vários setores: educação, economia e saúde, bem como a avaliação política e intenção de voto. Foram obtidos 1217 inquéritos válidos, sendo 50% dos inquiridos mulheres, 34% da região Norte, 21% do Centro, 31% da A.M. de Lisboa, 6% do Alentejo, 4% do Algarve, 2% da Madeira e 2% dos Açores.

No que diz respeito à educação, as conclusões são as seguintes:

- 41% dos pais e mães inquiridos consideram que o rendimento escolar dos seus filhos piorou durante o período sem aulas presenciais. Esta percentagem é maior entre os pais menos escolarizados;
- 50% dos inquiridos com filhos em idade escolar disseram que apoiaram mais ou muito mais os seus filhos durante o período de aulas a distância;
- 48% dos pais de filhos em idade escolar são favoráveis a um sistema misto na reabertura do ano escolar. Uma solução que permita aulas presenciais e aulas a distância. Esta solução é particularmente defendida pelas pessoas mais escolarizadas;
- Perante a reabertura das escolas em setembro, e num cenário de propagação do vírus semelhante ao atual, a maioria dos pais tende a responder que colocaria os filhos na escola, mas apenas 27% afirmam que o fariam “de certeza”.
- 34% dos inquiridos imaginam Portugal com pior educação daqui por 2 anos, o que mostra que as expectativas sobre a evolução da educação não são positivas.

- Para além desta sondagem, ao longo deste período de encerramento das escolas e de recurso a práticas de ensino a distância, foram inúmeros os artigos de opinião, entrevistas a personalidades diversas e reportagens, divulgados através dos órgãos de comunicação social, que davam conta do agravamento das desigualdades sociais, quer pela falta de ferramentas e competências digitais de muitos alunos e famílias, quer pela dificuldade em apoiar e acompanhar o estudo dos seus filhos. De igual modo, chamavam a atenção para a situação dos alunos com necessidades educativas específicas, para os alunos dos cursos profissionais e de formação artística – impedidos de realizar a componente prática e os estágios profissionais - a perda nas aprendizagens e o risco de aumento do insucesso e do abandono escolar. Mas, por outro lado, muitos consideram que a experiência vivida constitui uma excelente oportunidade para refletir sobre a escola e apostar na inovação e na mudança.

Numa altura em que se perspetiva a reabertura das escolas em setembro para todos os alunos, importa lembrar as questões colocadas no *Webinar: Recuperar... o quê? E como?*, realizado pelo Conselho Nacional de Educação, em 8 de junho:

Quantos, quem e onde estão os alunos que ficaram “fora do radar” das suas escolas? Quais as melhores estratégias para os “recuperar”?

Faz sentido tentar “recuperar” as aprendizagens que não terão sido feitas durante o confinamento?

Que prioridades estabelecer?

Como proceder para evitar efeitos contrários ao desejado?

Que contributos para um sistema educativo que não provoque aversão, antes estimule o gostar de aprender, o saber aprender e o poder aprender?

A resposta a estas questões e aos problemas identificados, que são comuns a muitos países a nível mundial, constituem alguns dos maiores desafios da Educação para o futuro.

Referências:

APEI (2020a). *Contributo para assegurar a qualidade pedagógica em creche (0-3 anos) em tempo de COVID19*. Acedido em: http://apei.pt/upload/ficheiros/var/DocumentoAPEI_final_redux.pdf

APEI (2020b). *Contributo para assegurar a qualidade pedagógica em educação pré-escolar (3-6 anos) em tempo de covid19*. Acedido em http://apei.pt/upload/ficheiros/var/COVID_final_final_redux.pdf

CESOP–Universidade Católica Portuguesa (2020). *Sondagem social e política*. Acedida em http://img.rtp.pt/icm/noticias/docs/8e/8e1639af942749613e0174d43c9dbe6f_0bfc936452bf4f753e1d732178f4f128.pdf

CONFAP (2020). *Inquérito às Famílias*. Documento cedido pelo autor

FENPROF (2020).

OP. Edu (2020). *Impacto do Covid-19 no sistema de ensino português*. Acedido em: <http://www.op-edu.eu/>

Projeto SintraES+ (2020). *Inquérito sobre o ensino à distância*. Documento cedido pelo autor